



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

TERMO DE REFERÊNCIA

CREDENCIAMENTO – Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o credenciamento de empresas de base tecnológica (EBTs), startups, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), agências de inovação e ambientes promotores de inovação, para seleção de parceiros tecnológicos destinados à ocupação do espaço institucional do Município de São Carlos no estande B-42, com área de 21m², localizado no Pavilhão Hortênsia, Campos Hall, no evento 9º CONEXIDADES, em Campos do Jordão/SP, a ser utilizado como Living Lab (Laboratório Vivo), voltado à demonstração prática de soluções tecnológicas, experiências imersivas, divulgação institucional e atração de investimentos para a Poligonal Tecnológica.

1.2. O credenciamento destina-se à formação de cadastro público de interessados aptos à participação institucional em condições padronizadas previamente estabelecidas pela Administração, observadas as limitações físicas, operacionais e elétricas do espaço institucional disponibilizado, bem como os critérios objetivos de habilitação, classificação, convocação e distribuição da demanda.

1.3. O presente procedimento possui natureza de Credenciamento, na forma do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos arts. 91 a 101 do Decreto Municipal nº 872/2024, sendo adequado à seleção pública de múltiplos interessados em condições uniformes, com regras previamente definidas para participação, classificação e ocupação do espaço institucional.

1.4. A ocupação do espaço institucional não implica direito subjetivo à utilização simultânea e irrestrita do estande por todos os interessados credenciados, ficando a participação efetiva condicionada:

- a) ao atendimento integral das exigências de participação e credenciamento;
- b) ao enquadramento em categoria compatível;
- c) à classificação técnica obtida nos critérios objetivos definidos neste Termo de Referência e no edital;
- d) à compatibilidade da proposta técnica de participação com a finalidade pública pretendida;
- e) à compatibilidade física, operacional, elétrica e logística da solução apresentada com a infraestrutura disponível.

1.5. O instrumento de formalização da relação jurídica decorrente do presente procedimento será o TERMO DE CREDENCIAMENTO, a ser celebrado com os interessados que atenderem às exigências estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, observadas as condições de participação, convocação, permanência, descredenciamento e demais regras aplicáveis.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa da contratação

2.1.1. A presente demanda decorre da necessidade de viabilizar a ocupação qualificada do espaço institucional do Município de São Carlos no 9º CONEXIDADES, de modo a assegurar que a participação da Administração no evento atenda às diretrizes de desenvolvimento econômico, inovação, promoção territorial e fortalecimento do ecossistema tecnológico local.

2.1.2. A ação possui finalidade estratégica de promoção econômica, voltada à atração de investimentos para setores prioritários, ao fortalecimento da competitividade das empresas locais e à ampliação da visibilidade de São Carlos como ambiente favorável à inovação, à ciência, à tecnologia e ao desenvolvimento de negócios intensivos em conhecimento.

2.1.3. A necessidade administrativa encontra respaldo, ainda, nas diretrizes estabelecidas pela Lei Municipal nº 23.989/2026, especialmente no que se refere à ampliação da atratividade do Município para empreendimentos estratégicos, bem como nas metas institucionais vinculadas ao Plano de Governo 2025–2028, que contemplam o fortalecimento do consórcio universidade-indústria e a consolidação de São Carlos como referência nacional em tecnologia e inovação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

2.1.4. A utilização do estande institucional como Living Lab (Laboratório Vivo) mostra-se necessária para possibilitar demonstrações práticas de soluções tecnológicas, experiências imersivas e maior interação com o público do evento, transformando a participação institucional em ambiente efetivo de experimentação, conexão e geração de valor para o ecossistema local.

2.1.5. A ocupação qualificada do espaço institucional contribui, ainda, para a divulgação de políticas públicas municipais voltadas ao incentivo ao desenvolvimento econômico, incluindo a promoção do novo programa de incentivo fiscal e do ambiente de soft landing para centros de pesquisa e desenvolvimento, ampliando o potencial de atração de empresas, investidores, instituições e parcerias estratégicas para o Município.

2.1.6. Diante da limitação física e operacional do estande institucional e da pluralidade potencial de interessados, mostra-se necessária a adoção de solução administrativa apta a selecionar, de forma objetiva, transparente, isonômica e compatível com as limitações técnicas do espaço, os parceiros tecnológicos que melhor atendam à finalidade pública pretendida, assegurando o adequado aproveitamento do espaço institucional e a maximização dos resultados institucionais esperados com a participação do Município no evento.

2.2. Enquadramento jurídico e adequação do credenciamento

2.2.1. O presente procedimento será realizado por meio de CREDENCIAMENTO, com fundamento no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 91 a 101 do Decreto Municipal nº 872/2024, por se mostrar o mecanismo juridicamente mais adequado à seleção pública de múltiplos interessados em condições padronizadas, com possibilidade de pluralidade de participantes, observadas as limitações materiais do espaço institucional e a necessidade de adoção de critérios objetivos de classificação e distribuição da demanda.

2.2.2. O objeto não foi contemplado originariamente no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de São Carlos, por se tratar de demanda superveniente identificada posteriormente à elaboração do referido instrumento, devendo ser promovida a respectiva regularização no PCA vigente, em observância à Lei Federal nº 14.133/2021, ao Decreto Municipal nº 872/2024 e às orientações aplicáveis ao planejamento das contratações públicas.

2.2.3. O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado e concluiu pela viabilidade técnica e administrativa do presente credenciamento, tendo sido identificada a inexistência de solução administrativa mais adequada, proporcional e eficiente para o atendimento da finalidade pública pretendida.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na realização de credenciamento para formação de cadastro de interessados aptos à ocupação do espaço institucional do Município de São Carlos no 9º CONEXIDADES, com a finalidade de viabilizar a composição qualificada do estande B-42 como Living Lab (Laboratório Vivo), voltado à demonstração prática de soluções tecnológicas, experiências imersivas, divulgação institucional e promoção do desenvolvimento econômico local.

3.2. A modelagem adotada contempla a participação de empresas de base tecnológica (EBTs), startups, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), agências de inovação e ambientes promotores de inovação, observadas as categorias de participação definidas para o credenciamento e a compatibilidade das propostas técnicas de participação com a finalidade pública do espaço institucional.

3.3. A solução compreende a realização de credenciamento com regras padronizadas de participação, apresentação de propostas técnicas de participação, análise de admissibilidade, classificação e ocupação do espaço institucional, assegurando tratamento isonômico aos interessados e observância aos princípios da publicidade, transparência, impessoalidade e julgamento objetivo.

3.4. Considerando a limitação física e operacional do estande, bem como a impossibilidade de acomodação simultânea e irrestrita de todos os interessados potencialmente aptos, a solução também pressupõe a adoção de critérios objetivos de classificação e distribuição da demanda, de modo a selecionar as propostas técnicas de participação mais aderentes à finalidade pública pretendida e compatíveis com a infraestrutura disponível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

3.5. A matriz detalhada de pontuação, os pesos, os critérios de desempate, a forma de classificação, convocação e distribuição da demanda, bem como os documentos comprobatórios pertinentes, integram o presente Termo de Referência.

3.6. Dessa forma, a solução proposta busca assegurar o adequado aproveitamento do estande institucional, a coerência temática da participação do Município no evento, a seleção objetiva dos parceiros tecnológicos e a maximização dos resultados institucionais esperados com a presença de São Carlos no 9º CONEXIDADES.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos técnicos para participação no presente credenciamento deverão observar a natureza do objeto, as categorias de participação previstas no item 5, a finalidade pública do espaço institucional e os critérios objetivos de classificação estabelecidos no item 8 deste Termo de Referência.

4.2. São requisitos técnicos mínimos para participação e análise da proposta:

a) enquadramento do interessado em categoria compatível com a finalidade do credenciamento, nos termos do item 5 deste Termo de Referência;

b) apresentação de proposta técnica de participação compatível com a finalidade pública do espaço institucional, com demonstração de aderência ao conceito de Living Lab e aptidão para exposição, demonstração prática, interação com o público ou apresentação de tecnologia, produto, serviço, protótipo, plataforma, experiência ou iniciativa correlata;

c) compatibilidade da proposta técnica de participação com os objetivos institucionais de promoção da inovação, desenvolvimento econômico, atração de investimentos, fortalecimento do ecossistema tecnológico local e divulgação das potencialidades do Município de São Carlos;

d) compatibilidade da proposta técnica de participação com os critérios técnicos, subcritérios, pesos e metodologia de classificação previstos no item 8 deste Termo de Referência e no edital;

e) viabilidade técnica de instalação e operação no estande institucional, observadas as limitações físicas, operacionais e elétricas disponíveis, bem como as condições de segurança, circulação do público e funcionamento regular durante o evento;

f) capacidade de execução e acompanhamento da proposta durante o período de participação, incluindo instalação, operação, suporte técnico, desmontagem e observância das regras logísticas e operacionais aplicáveis;

g) responsabilidade integral do interessado por todos os custos e encargos decorrentes de sua participação, inclusive transporte, logística, hospedagem, alimentação, seguros obrigatórios, montagem complementar de equipamentos próprios e demais despesas necessárias;

h) apresentação da documentação exigida para fins de participação, classificação e comprovação dos elementos declarados na proposta, nos termos do item 9 deste Termo de Referência e do edital;

i) observância das regras de participação, classificação, convocação e ocupação do espaço institucional estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

4.3. A proposta técnica de participação deverá conter elementos técnicos suficientes para permitir a análise de admissibilidade, a verificação de compatibilidade com a categoria declarada, a aplicação dos critérios de classificação previstos no item 8 e a análise de viabilidade de instalação e operação no estande institucional.

4.4. Os elementos técnicos e documentais exigidos para fins de participação e classificação deverão guardar correspondência com as categorias de participação, com os critérios objetivos de classificação e com as condições de execução do objeto previstas neste Termo de Referência.

4.5. DAS VEDAÇÕES

4.5.1. Não será admitido o credenciamento de interessados:

a) que estejam impedidos de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação aplicável;

b) que não se enquadrem em categoria compatível com a finalidade do credenciamento;

c) cujo objeto institucional, atuação ou proposta não sejam pertinentes e compatíveis com o objeto do credenciamento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

d) que apresentem proposta incompatível com a finalidade pública do espaço institucional, com o conceito de Living Lab ou com os objetivos institucionais do credenciamento;

e) que apresentem proposta inviável sob o ponto de vista técnico, físico, operacional, elétrico ou de segurança, considerada a infraestrutura disponível;

f) que deixem de apresentar a documentação exigida para fins de participação, classificação ou comprovação dos elementos declarados na proposta, nos termos deste Termo de Referência e do edital;

g) que descumpram as regras de participação estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

5. CATEGORIAS DE PARTICIPAÇÃO

5.1. O credenciamento observará as seguintes categorias de participação:

5.1.1. Categoria A – Empresas e Startups

Categoria voltada à participação de empresas e startups com foco na materialização de produtos com DNA de pesquisa local e maturidade tecnológica mínima compatível com demonstração em ambiente operacional, observado o nível TRL 7, bem como as exigências e critérios específicos previstos neste Termo de Referência e no edital.

5.1.2. Categoria B – Pesquisa e Extensão

Categoria destinada à participação de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), Agências de Inovação, Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), grupos de pesquisa, núcleos de extensão e projetos acadêmicos voltados à divulgação de catálogos de patentes prontas para licenciamento, demonstração de ativos tecnológicos, projetos de pesquisa aplicada ou iniciativas correlatas, observadas as exigências e critérios específicos previstos neste Termo de Referência e no edital.

5.1.2.1. Os grupos de pesquisa, núcleos de extensão, projetos acadêmicos e Agências de Inovação (NITs) que não possuírem CNPJ próprio deverão participar sob a tutela jurídica de sua ICT de origem ou de respectiva Fundação de Apoio, hipótese em que:

a) a documentação jurídica e fiscal exigida para habilitação será apresentada em nome da ICT ou da Fundação de Apoio proponente;

b) a instituição proponente assumirá a responsabilidade formal pela inscrição, pela participação no espaço institucional, pela indicação da equipe técnica, pelo seguro obrigatório e pela conduta dos participantes vinculados;

5.1.3. Categoria C – Ecossistema e Suporte

Categoria destinada à participação de ambientes promotores de inovação formalmente credenciados na rede SPAI (Sistema Paulista de Ambientes de Inovação), observadas as exigências e critérios específicos previstos neste Termo de Referência e no edital.

5.2. O enquadramento em categoria deverá ser demonstrado pelo interessado mediante os elementos técnicos e documentais exigidos no item 9 deste Termo de Referência e no edital, em conformidade com a natureza da proposta apresentada.

6. EXECUÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO INSTITUCIONAL

6.1. A execução do objeto consistirá na participação institucional dos interessados convocados para ocupação do espaço do Município de São Carlos no estande B-42, com área de 21m², localizado no Pavilhão Hortênsia, Campos Hall, no evento 9º CONEXIDADES, em Campos do Jordão/SP, observadas as regras deste Termo de Referência, do edital, do Termo de Credenciamento e das normas operacionais do evento.

6.2. A ocupação efetiva do espaço institucional será condicionada:

a) ao credenciamento regular do interessado;

b) à classificação obtida;

c) à aplicação dos critérios de distribuição da demanda;

d) à compatibilidade da proposta com a finalidade pública pretendida;

e) à compatibilidade técnica da instalação com a infraestrutura disponível;

f) à observância das regras logísticas, de segurança, montagem, operação e desmontagem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

6.3. As atividades dos credenciados deverão observar, no mínimo:

- a) instalação adequada dos equipamentos, estruturas complementares e materiais próprios necessários à execução da proposta, sem prejuízo à integridade do estande;
- b) operação contínua e regular da solução durante o período de participação definido pela Administração;
- c) manutenção de representante apto ao acompanhamento da demonstração, interação com o público, suporte técnico e esclarecimentos necessários;
- d) desmontagem e retirada integral dos materiais e equipamentos próprios ao término do período de participação, conforme orientações da Administração e da organização do evento;
- e) observância das normas de segurança, prevenção, circulação de público, acessibilidade e operação estabelecidas pela Administração e pelo evento.

6.4. O estande institucional permanecerá em funcionamento durante todos os dias de realização do 9º CONEXIDADES, no período de 15 a 19 de junho de 2026, iniciando as atividades com 1 (uma) hora de antecedência e encerrando o atendimento 1 (uma) hora após o término oficial da programação diária, observado que, no dia 19/06/2026, o funcionamento da feira/congresso se encerrará às 18h em razão da Sessão Solene de Encerramento do evento.

6.5. Os expositores credenciados obrigam-se a manter o estande em funcionamento durante todo o período do evento correspondente à sua participação, respeitando o intervalo de 1 (uma) hora de antecedência e 1 (uma) hora de posteridade em relação ao horário oficial diário, cabendo à Administração disciplinar, por meio de cronograma operacional, os períodos de revezamento das equipes e dos protótipos entre os parceiros selecionados, de modo a assegurar a fluidez operacional e a otimização do espaço físico.

6.6. A desmontagem do estande somente poderá ter início após o término integral da Sessão Solene de Encerramento do evento, ficando vedada qualquer atividade de retirada, transporte ou desmonte antes desse momento.

6.7. O Evento 9º CONEXIDADES ocorrerá no período de 15 a 19 de junho de 2026, permanecendo o detalhamento específico de montagem, operação, permanência, revezamento e desmontagem sujeito ao Termo de Credenciamento, ao cronograma operacional e à programação definitiva do evento, conforme as condições estabelecidas pela Administração e pela organização do 9º CONEXIDADES.

6.8. A Administração poderá limitar, ajustar, readequar ou condicionar a ocupação do espaço institucional, inclusive quanto à área efetivamente disponibilizada, tempo de permanência, forma de exposição, posicionamento dos participantes, uso de equipamentos e carga elétrica admitida, sempre que necessário para assegurar:

- a) a segurança do público e dos participantes;
- b) a integridade física e operacional do estande;
- c) a compatibilidade entre as propostas selecionadas;
- d) a melhor composição temática do espaço;
- e) a observância das regras da organização do evento;
- f) a adequada distribuição da demanda entre os credenciados.

6.9. O espaço institucional destinado à participação dos parceiros credenciados comportará o limite máximo de 5 (cinco) participantes por período de ocupação, observadas as condições operacionais do estande, a compatibilidade entre as propostas selecionadas e a necessidade de preservação da segurança, da circulação e da funcionalidade do espaço.

6.10. Para garantir a fluidez de circulação, a segurança e a coerência com o conceito de Living Lab, a capacidade operacional do estande será limitada à exposição simultânea de 2 (dois) a 3 (três) parceiros por data, conforme cronograma de revezamento a ser coordenado pela Administração, com priorização dos interessados com maior pontuação e compatibilização do porte físico dos protótipos, da infraestrutura disponível e das datas informadas pelos selecionados.

6.11. A infraestrutura elétrica disponibilizada no estande institucional observará o limite operacional de 1 kVA, com fornecimento em 220 V monofásico, sendo reservados aproximadamente 0,3 kVA para os equipamentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

institucionais da Administração, restando cerca de 0,7 kVA para compartilhamento entre os parceiros credenciados, sem prejuízo de ajustes decorrentes da configuração final do espaço e das exigências técnicas do evento.

6.12. O formulário de inscrição deverá conter campo específico para apresentação das dimensões, inventário de carga, potência nominal total, em watts, e eventuais necessidades especiais dos equipamentos, estruturas e recursos próprios a serem utilizados pelos interessados.

6.12.1. O transporte, ingresso, permanência, substituição e retirada de protótipos, materiais, equipamentos e demais itens próprios utilizados pelos credenciados no espaço institucional deverão observar a documentação fiscal ou declaratória aplicável, conforme a natureza jurídica do participante e a natureza do bem transportado, inclusive mediante nota de simples remessa, declaração institucional ou documento equivalente, quando cabível.

6.13. Caso a potência nominal dos equipamentos declarados pelo parceiro selecionado exceda a margem de carga compartilhada disponibilizada pela Administração, poderá ser admitida, mediante prévia autorização da Comissão de Contratação e observadas as regras da organização do evento, a contratação de carga elétrica suplementar diretamente pelo interessado, às suas expensas.

6.14. O custo da carga elétrica adicional será de R\$ 418,00 (quatrocentos e dezoito reais) por kVA adicional, não sendo admitido cálculo sobre frações de kVA, hipótese em que eventual valor fracionado será obrigatoriamente arredondado para o número inteiro superior, conforme regras operacionais informadas para o evento.

6.15. O pagamento da carga adicional, quando houver, deverá ser realizado diretamente à organizadora do evento, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade por esse desembolso, nem por falhas decorrentes de subdimensionamento não declarado, omissão de informações técnicas ou incompatibilidade entre a necessidade do interessado e a infraestrutura efetivamente disponível.

6.16. Permanecerão sob responsabilidade exclusiva dos credenciados todos os custos e encargos decorrentes de sua participação, inclusive transporte, logística, hospedagem, alimentação, seguros obrigatórios, montagem complementar de equipamentos próprios, documentação fiscal ou declaratória aplicável ao transporte de materiais e demais despesas necessárias à execução da proposta.

6.17. A participação no espaço institucional não autoriza a realização de atividades incompatíveis com a finalidade pública do credenciamento, sendo vedado:

- a) o uso do estande para fins estritamente comerciais, desvinculados da proposta institucional e tecnológica aprovada;
- b) a cessão, transferência, sublicenciamento, empréstimo ou compartilhamento não autorizado da área ocupada;
- c) a instalação de estruturas, equipamentos ou materiais em desacordo com as condições técnicas aprovadas;
- d) a realização de atividades que comprometam a segurança, a acessibilidade, a circulação do público ou a imagem institucional do Município;
- e) a exploração do espaço em desacordo com as regras do edital, do Termo de Credenciamento e da organização do evento.

7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

7.1. O processamento do credenciamento será conduzido por Comissão de Contratação designada pela autoridade competente, nos termos do art. 93, § 2º, do Decreto Municipal nº 872/2024.

7.2. Compete à Comissão de Contratação, sem prejuízo de outras atribuições definidas no edital:

- a) receber, analisar e processar os pedidos de credenciamento;
- b) verificar a admissibilidade documental dos interessados;
- c) promover diligências para esclarecimentos, saneamento formal, retificações e complementações documentais, quando cabíveis;
- d) analisar as propostas técnicas e aplicar os critérios de pontuação previstos neste Termo de Referência e no edital;
- e) promover a classificação dos interessados;
- f) aplicar os critérios objetivos de distribuição da demanda;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

- g) elaborar as atas, relatórios, quadros classificatórios e demais registros do procedimento;
- h) submeter o resultado à autoridade competente;
- i) acompanhar a manutenção das condições de credenciamento, quando aplicável;
- j) propor medidas de suspensão da participação, readequação, substituição ou descredenciamento, quando cabíveis, observadas as regras previstas neste Termo de Referência e no edital.

7.3. A fiscalização da execução do objeto caberá ao(s) servidor(es) ou equipe designada pela Administração, a quem competirá acompanhar a instalação, a operação, a observância das condições aprovadas, o cumprimento das regras do evento e o adequado uso do espaço institucional.

7.4. As comunicações entre a Administração e os credenciados deverão ocorrer preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica e outros meios formais definidos no edital, para fins de convocação, orientações operacionais, diligências, notificações e demais atos necessários à execução do objeto.

7.5. A Administração poderá convocar os credenciados para reuniões técnicas, alinhamentos operacionais, visitas prévias, apresentação de documentos complementares, ajustes de layout, compatibilização elétrica e demais providências necessárias à adequada execução do objeto.

7.6. O descumprimento das regras de participação, das condições aprovadas, das orientações técnicas ou das normas de segurança e operação poderá ensejar advertência, readequação compulsória, limitação de uso do espaço, suspensão da participação, descredenciamento e demais medidas cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa, na forma do edital e da legislação aplicável.

8. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

8.1. Considerando a impossibilidade de acomodação simultânea e irrestrita de todos os interessados potencialmente aptos, a Administração adotará critérios objetivos de classificação e distribuição da demanda, em conformidade com a legislação aplicável e com as limitações físicas, operacionais, logísticas e elétricas do espaço institucional.

8.2. A classificação técnica das propostas observará a matriz objetiva de avaliação constante do APÊNDICE I deste Termo de Referência, que integra este instrumento para todos os fins.

8.3. A classificação dos interessados será realizada por modelo combinado, com análise inicial por categoria de participação e posterior consolidação em ranking geral, observada a pontuação técnica obtida e a adequada composição do espaço institucional.

8.4. A ocupação do espaço ocorrerá prioritariamente por ordem classificatória, sem prejuízo da aplicação de critério de convocação por compatibilidade técnica, sempre que as condições físicas, operacionais, logísticas ou elétricas inviabilizarem a utilização segura, eficiente ou equilibrada do estande.

8.5. Em caso de empate na pontuação final, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

- a) preferência para o interessado que comprovar a adoção de, no mínimo, 2 (duas) medidas de sustentabilidade ambiental compatíveis com as diretrizes da legislação municipal aplicável;
- b) persistindo o empate, preferência para o interessado que comprovar o desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- c) persistindo o empate, preferência para o interessado que comprovar a manutenção de programa de integridade ou compliance;
- d) persistindo o empate, realização de sorteio.

8.6. Haverá convocação de suplentes/remanescentes, observada a ordem classificatória e a compatibilidade técnica, nos casos de desistência, não confirmação de participação, inviabilidade técnica superveniente, descumprimento das condições exigidas ou demais hipóteses previstas no edital.

8.7. O credenciamento não garante direito subjetivo à ocupação do espaço institucional, ficando a participação efetiva condicionada à classificação no ranking técnico, à compatibilidade com a infraestrutura disponível e à viabilidade operacional da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

9. DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E COMPROVAÇÃO TÉCNICA

9.1. Os interessados deverão apresentar documentação compatível com a natureza do presente credenciamento, suficiente para demonstrar o enquadramento na categoria de participação correspondente, a admissibilidade da proposta, a veracidade das informações declaradas e a comprovação dos elementos utilizados para fins de classificação.

9.2. A documentação exigida deverá guardar correspondência direta com as categorias de participação, com os critérios de classificação previstos no item 8 e com os requisitos técnicos estabelecidos no item 4 deste Termo de Referência.

9.3. Para fins de habilitação e aferição da pontuação, deverão ser exigidos, no mínimo, os seguintes documentos:

9.3.1. Documentação geral obrigatória:

a) cópia do contrato social, estatuto ou ato constitutivo equivalente, conforme a natureza jurídica do interessado, acompanhada do cartão de inscrição no CNPJ;

b) certidões de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos a serem especificados no edital;

c) declaração de inexistência de condenação por corrupção ou improbidade, nos termos do art. 14 da Lei Municipal nº 23.989/2026;

d) documento de apresentação da proposta ou formulário equivalente, conforme modelo do edital.

9.3.2. Documentação comprobatória para fins de pontuação e classificação:

a) memorial descritivo, apresentação institucional, portfólio ou documento técnico equivalente, apto a demonstrar a solução, iniciativa, tecnologia, produto, serviço, protótipo, plataforma, experiência ou atividade proposta;

b) ficha técnica do produto, fotos, vídeos ou documentação técnica equivalente que demonstre a funcionalidade do ativo tecnológico apresentado, inclusive para fins de comprovação de maturidade tecnológica mínima, quando aplicável;

c) documentação apta a comprovar o DNA tecnológico local, inclusive, quando cabível, por meio de depósito de patente conjunta, contrato de incubação em parque local, contrato de transferência de tecnologia com ICT ou documento equivalente;

d) declaração assinada pelo representante legal contendo informações sobre a composição da equipe e os postos de trabalho qualificados vinculados à solução, quando tal elemento for utilizado como critério de pontuação;

e) manual do fabricante, ficha técnica ou documento equivalente contendo a potência nominal, em watts, dos equipamentos a serem utilizados, para fins de aferição da compatibilidade energética da proposta;

f) documentação apta a demonstrar o enquadramento do interessado na categoria de participação declarada;

g) demais documentos previstos no edital.

9.3.3. Documentação específica por categoria:

a) para a Categoria B, catálogo de patentes prontas para licenciamento, quando aplicável, ou documentação técnica equivalente compatível com a natureza da proposta;

b) para a Categoria C, comprovante de credenciamento formal na rede SPAI (Sistema Paulista de Ambientes de Inovação);

c) para os grupos de pesquisa, núcleos de extensão, projetos acadêmicos e Agências de Inovação (NITs) sem CNPJ próprio, inscrição sob a tutela jurídica da ICT de origem ou de respectiva Fundação de Apoio, com apresentação da documentação jurídica e fiscal da instituição proponente, bem como dos documentos complementares exigidos para identificação da equipe técnica e da responsabilidade institucional.

9.4. O formulário de inscrição deverá conter campo específico para declaração das dimensões dos equipamentos, inventário de carga, potência nominal total, em watts, e eventuais necessidades especiais, inclusive para fins de análise de compatibilidade operacional e eventual contratação de carga suplementar.

9.5. A Comissão de Contratação poderá promover diligências para esclarecimentos, saneamento de falhas formais, complementação documental e confirmação de elementos técnicos, desde que não implique inovação material da proposta ou violação à isonomia entre os interessados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
São Carlos, Capital da Tecnologia
Secretaria Municipal de Justiça

9.6. A ausência de documentação essencial, a não comprovação dos elementos declarados, a incompatibilidade material da proposta com a categoria informada ou a inviabilidade técnica da instalação poderão ensejar o indeferimento do pedido de credenciamento, a desclassificação da proposta ou a não convocação para ocupação do espaço institucional, conforme o caso, observadas as regras do edital.

10. APÊNDICES

Este documento possui apêndice anexo.

11. RESPONSÁVEIS

Responsável pela Elaboração

Ariane Campesan Mourão
Diretora do Departamento de Contratações do Eixo Administrativo
Secretaria Municipal de Justiça

Ordenador de Despesas

Paula Tayssa Knoff
Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Documento assinado digitalmente
gov.br **MARCOS TERUO OUCHI**
Data: 05/05/2026 10:41:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br **CELSO BATISTA DOS SANTOS**
Data: 05/05/2026 11:06:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
São Carlos, Capital da Tecnologia
Secretaria Municipal de Justiça

APÊNDICE I – MATRIZ DE AVALIAÇÃO TÉCNICA, CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. O presente APÊNDICE I integra o Termo de Referência para todos os fins e estabelece a matriz objetiva de avaliação técnica aplicável ao credenciamento destinado à seleção de interessados para ocupação do espaço institucional do Município de São Carlos no 9º CONEXIDADES.
- 1.2. A matriz de avaliação técnica será utilizada para fins de classificação dos interessados e para subsidiar a distribuição da demanda, observadas, além da pontuação obtida, as limitações físicas, operacionais, logísticas e elétricas do estande institucional, bem como a compatibilidade entre as propostas selecionadas.
- 1.3. A análise técnica das propostas observará os critérios, subcritérios, pesos e parâmetros objetivos de avaliação constantes dos quadros abaixo.

2. QUADRO 1 – CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO E PESOS

CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	PESO
Materialidade e Impacto (Produto)	Avalia a capacidade da proposta de proporcionar demonstração concreta, interatividade qualificada e aderência ao conceito de Living Lab, considerando a natureza do ativo tecnológico apresentado, a experiência prática proporcionada ao público e a efetiva demonstração funcional da solução.	4
DNA Tecnológico	Avalia a comprovação de vínculo objetivo com o ecossistema local de inovação, pesquisa, desenvolvimento ou transferência de tecnologia, mediante documentação apta a demonstrar conexão com Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação locais, parques tecnológicos, incubadoras, contratos de transferência de tecnologia, patentes conjuntas ou elementos equivalentes.	3
Empregos Qualificados	Avalia a demonstração de que mais de 50% (cinquenta por cento) do quadro funcional vinculado à solução, à tecnologia, ao produto ou à atividade proposta demanda formação de nível técnico ou superior, nos termos da legislação municipal aplicável e da documentação exigida no Termo de Referência e no edital.	2
Eficiência Energética	Avalia a compatibilidade do consumo nominal da solução, equipamento, protótipo, estrutura ou tecnologia com a margem de carga elétrica compartilhada disponível no estande institucional, priorizando-se propostas tecnicamente compatíveis com a infraestrutura operacional disponibilizada pela Administração.	1

3. QUADRO 2 – SUBCRITÉRIOS DE MATERIALIDADE E IMPACTO (PRODUTO)

SUBCRITÉRIO	FAIXA / HIPÓTESE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Materialidade do Ativo	Hardware/Equipamento Físico	Produto consistente em equipamento tangível, máquina ou protótipo funcional em escala real ou reduzida.	10
Materialidade do Ativo	Digital/Imaterial	Tecnologia consistente exclusivamente em software, plataforma digital ou solução apresentada apenas em telas ou dispositivos móveis.	2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
São Carlos, Capital da Tecnologia
Secretaria Municipal de Justiça

SUBCRITÉRIO	FAIXA / HIPÓTESE	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
Nível de Interatividade	Manipulação Direta	O visitante pode operar, tocar ou testar o produto de forma autônoma no estande.	10
Nível de Interatividade	Demonstração Assistida	O produto funciona no local, mas sua operação é restrita ao representante técnico do proponente.	5
Nível de Interatividade	Exposição Passiva	Produto com caráter meramente contemplativo, inclusive mediante maquete estática, vídeo ou recurso equivalente.	2
Aderência ao Living Lab	Operação em Tempo Real	O produto realiza tarefa prática durante o evento, inclusive com coleta, processamento, monitoramento, medição, resposta ou demonstração funcional em contexto real.	10
Aderência ao Living Lab	Simulação Operacional	O produto simula tarefa ou funcionalidade, sem coleta ou processamento de dados reais do ambiente.	5

4. QUADRO 3 – REGRAS OPERACIONAIS COMPLEMENTARES PARA CLASSIFICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

ITEM	REGRA
4.1	A classificação técnica servirá de base para a formação do ranking classificatório, sem prejuízo da verificação posterior de compatibilidade física, operacional, logística e elétrica para fins de convocação e ocupação efetiva do espaço institucional.
4.2	A classificação dos interessados será realizada por modelo combinado, com análise inicial por categoria de participação e posterior consolidação em ranking geral.
4.3	A ocupação do espaço ocorrerá prioritariamente por ordem classificatória, sem prejuízo da aplicação de critério de convocação por compatibilidade técnica, sempre que as condições físicas, operacionais, logísticas ou elétricas inviabilizarem a utilização segura, eficiente ou equilibrada do estande.
4.4	O credenciamento não garante direito subjetivo à ocupação do espaço institucional, ficando a participação efetiva condicionada à classificação no ranking técnico, à compatibilidade com a infraestrutura disponível e à viabilidade operacional da proposta.
4.5	Haverá convocação de suplentes/remanescentes, observada a ordem classificatória e a compatibilidade técnica, nos casos de desistência, não confirmação de participação, inviabilidade técnica superveniente, descumprimento das condições exigidas ou demais hipóteses previstas no edital.
4.6	Em caso de empate na pontuação final, serão adotados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no item 8.5 deste Termo de Referência.

5. QUADRO 4 – REGRAS DE INFRAESTRUTURA, COMPATIBILIDADE TÉCNICA E ÔNUS FINANCEIRO

ITEM	REGRA
5.1	O Município disponibilizará a área e a infraestrutura básica do espaço institucional, observadas as condições materiais e operacionais definidas para o estande.
5.2	Não haverá transferência de recursos financeiros aos credenciados em razão da participação no espaço institucional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

São Carlos, Capital da Tecnologia

Secretaria Municipal de Justiça

ITEM	REGRA
5.3	Permanecerão sob responsabilidade exclusiva dos credenciados todas as despesas decorrentes de sua participação, inclusive transporte, logística, hospedagem, alimentação, seguros obrigatórios, montagem complementar de equipamentos próprios, documentação fiscal ou declaratória aplicável ao transporte de materiais e demais custos necessários à execução da proposta.
5.4	Demandas superiores ao saldo de carga elétrica compartilhada disponível deverão ser custeadas diretamente pelo credenciado, às suas expensas, mediante contratação de carga elétrica suplementar, quando admitida pela organização do evento e previamente autorizada pela Administração.
5.5	O custo da carga elétrica suplementar será de R\$ 418,00 (quatrocentos e dezoito reais) por kVA adicional, observadas as regras operacionais do evento, não sendo admitido cálculo sobre frações de kVA, hipótese em que eventual valor fracionado será arredondado para o número inteiro superior.
5.6	O pagamento da carga adicional, quando houver, deverá ser realizado diretamente à organizadora do evento, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade por esse desembolso, nem por falhas decorrentes de subdimensionamento não declarado, omissão de informações técnicas ou incompatibilidade entre a necessidade do credenciado e a infraestrutura efetivamente disponível.